

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDOS DE CASO EM UNIVERSIDADE PÚBLICA NO PARANÁ

Dra. Ana Paula da Silva Leonel  0000-0002-4489-4339

Letícia Nunes Goulart  0000-0003-2290-269X

Michaeli Maria Pires  0000-0002-7205-5241

Kellen Ananda Teixeira  0000-0003-2091-7521

Érika Gabrielly da Silva  0000-0002-7735-5999

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O objetivo deste trabalho é relatar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado em Universidade Estadual Pública a dois acadêmicos com transtorno do espectro autista do Curso de Ciências Biológicas contribuindo como base para outros profissionais da área em seus atendimentos. Visto que conhecimentos na área são escassos. Foi identificado a importância da formação do docente de AEE, conhecimento das características individuais dos acadêmicos, organização de cronograma de vida diária e de estudos e promoção de habilidades sociais e de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Ensino Superior; Atendimento Educacional Especializado.

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE AND AUTISM SPECTRUM DISORDER IN HIGHER EDUCATION: CASE STUDIES AT A PUBLIC UNIVERSITY IN PARANÁ BRAZIL

ABSTRACT: The objective of this paper is to report the Specialized Educational Service (AEE) performed in a Public State University to two autistic students from the Biological Sciences Course, contributing as a basis for other professionals in the area in their care. Since knowledge in this area is scarce. It was identified the importance of the AEE teacher training, knowledge of the students' individual characteristics, organization of daily life and study schedule and promotion of social and communication skills.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder; Higher Education; Specialized Educational Services.



1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um grupo de desordens onde o desenvolvimento do indivíduo acontece de forma diferente da usual, alterando questões relacionadas a comunicação, interações sociais e área de interesse (FONSECA; CIOLA, 2016). É um transtorno de desenvolvimento invasivo por fazer parte de sua constituição e influenciar em sua evolução (SILVEIRA, 2019).

O Atendimento Educacional Especializado trabalha com o público da Educação Especial (PAEE) que podem ou não ter dificuldades de aprendizagem, essas podem ser de ordem cognitiva, funcional, afetiva ou social.

Com o número crescente de casos de acadêmicos dentro do TEA, faz-se necessário o aprofundamento do atendimento educacional especializado em metodologias destinadas a estes casos. Os objetivos do trabalho foram identificar as formas de atuação e as práticas e recursos pedagógicos utilizados por docentes de Atendimento Educacional Especializado em casos de TEA.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Inclusão no Ensino Superior

A inclusão no ensino superior, bem como nas outras etapas de ensino pode ser considerada recente, a partir das legislações criadas na década de 90, têm-se um aumento considerável dessa discussão, o que gradativamente levou também a no ensino superior, sendo nesta etapa de ensino ainda menos consolidada, mas com avanços recentes.

Algumas políticas foram criadas a partir dos anos 2000 e trazem especificamente o público da educação especial, as condições e formas de acesso.



Em 2003 cria-se a portaria nº 3.284, que trata das condições de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino superior, levantando a discussão sobre acessibilidade desses espaços para as pessoas com deficiência. O programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, surge em 2005 com o intuito de apoiar no desenvolvimento de políticas de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), por meio da criação/fomento dos Núcleos de acessibilidade (2013). O programa é o primeiro com esta finalidade específica, e por esse motivo, de fundamental importância para o desenvolvimento das próximas ações.

Posteriormente é criada a Lei das Cotas, em 2012 (nº 12.711) que também apoia a disponibilização de vagas para este público. E logo após, em 2014, no Plano nacional de Educação (PNE 2014-2021), em que são colocadas estratégias que envolvem essa temática, a 12.4 e 12.20, que trazem respectivamente a necessidade da ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e a ampliação da participação dos grupos que são historicamente desfavorecidos no ensino superior, por meio de políticas afirmativas. Este panorama corrobora assim com a discussão e avanços no acesso, permanência e conclusão destes acadêmicos nesta etapa de ensino.

Assim, nesse cenário, iniciam-se, também os núcleos e programas especializados para o atendimento adequado e possibilitar a permanência desses estudantes, considerando as necessidades educacionais especiais. Levando sempre em consideração os embates, lutas e participação das pessoas com deficiência nessas conquistas e avanços. No ensino superior ainda não há uma política de diretrizes de AEE, mas segue-se as normas instituídas de forma geral, considerando as especificidades desta etapa do ensino.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e



serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

As universidades necessitam realizar capacitação dos professores sobre educação especial, avaliar a necessidade de cada aluno, realizar diagnóstico institucional sobre as condições de acessibilidade da universidade e criar um grupo para garantir a efetivação das políticas de inclusão da universidade. Roza (2020) reforça que a formação docente é um ponto a ser considerado em uma educação inclusiva. Além disto, deve ser pensada a eliminação de atitudes defensivas em situações reais e imaginárias dos professores das disciplinas, devido ao medo do desconhecido e do desafio do trabalho com a educação especial (FERRARI; SEKKEL, 2007).

O Atendimento Educacional Especializado no ensino superior é uma das possibilidades de diminuir e atenuar obstáculos que podem ser apresentados no percurso de um acadêmico com necessidades educacionais que ingressa na Universidade. Precisa estar associado a uma rede de apoio com recursos materiais e humanos adequados, que garantam a acessibilidade, permanência e diplomação dos alunos (PAVÃO, 2015). Segundo Medeiros, 2018 “O AEE é o espaço reservado para a estimulação de habilidades cognitivas, emocionais e sociais com vista ao desenvolvimento integral”.

São encontradas pesquisas sobre o AEE no Ensino Superior sobre comparações entre propostas e legislação, mas sem dados detalhados dos serviços prestados ou não (ROZA, 2020). Ramalho, 2012 coloca que ainda não está disponível uma política de AEE para o Ensino Superior e esta afirmação permanece visto que até o presente momento não houve inclusão desta pauta na legislação referente ao AEE.



2.2 Transtorno do Espectro Autista

Um dos primeiros a definir o que é o Autismo, foi o Dr. Kanner, nas palavras dele, esse transtorno é “um distúrbio inato do contato afetivo”, ou seja, crianças que, desde o nascimento, não sentem o interesse de entrar em contato com o ambiente social e interação com outras pessoas. No texto, “O que é autismo? Conceitos de diagnóstico, causas e pesquisas atuais”, no qual cita o estudo do Dr. Kanner, relata que

O transtorno fundamental, proeminente e “patognomônico” está na incapacidade das crianças de se relacionarem da maneira normal com as pessoas e situações desde o começo da vida. Seus pais se referiam a elas como tendo sido sempre “autossuficientes”; “como dentro de um casulo”; “mais felizes quando deixadas sozinhas”; “agem como se as pessoas não estivessem ali”; “completamente alheias a tudo a sua volta”; “dão a impressão de sabedoria silenciosa”; “não conseguem desenvolver a quantidade típica de consciência social”; “agem quase como se estivessem hipnotizadas”. Não se trata, como nas crianças ou adultos com esquizofrenia, de desvio de uma relação inicialmente presente; não é um “afastamento” de uma participação que antes existia. Desde o início ocorre uma solidão autista extrema, que, sempre que possível, desconsiderar, ignora, se fecha para tudo o que provém de fora da criança. O contato físico direto ou um movimento ou ruído que ameace perturbar essa solidão são tratados “como se não estivessem ali” ou, se isso já não for suficiente, são sentidos dolorosamente como uma interferência angustiante (KANNER, 1943, p. 242, 245, 246).

É claro que essa definição, apesar de ser clássica, não é a única e nem a última. Com os avanços da medicina, é possível encontrar outras diversas definições. Para isso, se faz necessário que as equipes interdisciplinares, compostas por diversos profissionais de várias áreas junto aos responsáveis das crianças com TEA, para que a detecção, o diagnóstico e a intervenção sejam realizados prontamente, pois, as características multifatoriais que envolvem esse transtorno o tornam muito complexo.



O TEA está inserido no Código Internacional de Doenças (CID-10), o que permite que o diagnóstico seja realizado por qualquer médico capacitado.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), as descobertas da Neurociência e as terapias de intervenção precoce podem apresentar resultados significativos no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) das crianças. Quanto mais precoce a detecção das alterações no DNPM, maior a capacidade de organização neural através da neuroplasticidade e potencial de mielinização cerebral, uma vez que é nos primeiros anos de vida que a formação sináptica apresenta maior velocidade e resultados satisfatórios (MORAIS *et al.*, p. 298).

O déficit de interação social, que está associado a déficits de comunicação verbal e não-verbal e a comportamentos estereotipados e repetitivos, são sinais presentes e comuns do Transtorno Espectro Autista (TEA), que é um transtorno de neurodesenvolvimento com diversas apresentações clínicas.

Os transtornos do neurodesenvolvimento são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (DSM-5, p. 31).

Para determinar o diagnóstico do espectro autista, suas características, individualidades, são usados especificadores

[...] (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade) (DSM-5, p. 31).

A temática da inclusão de alunos com TEA no ensino superior vem se expandindo e é considerado um processo em construção (AGUILAR; RAULI;



SANTOS *et al.*; 2020. BARBOSA; GOMES; FISHCER, 2019). Algumas das principais dificuldades apresentadas nesse processo são o preconceito, o desconhecimento da comunidade acadêmica, os entraves para se obter adaptações didático-pedagógicas, entre outros. Sendo necessária a reflexão do papel da universidade em disponibilizar mecanismos de acolhimento e atendimento eficazes a todo o público que dela desfruta (AGUILAR; RAULI, 2020).

Barbosa e Gomes (2019) afirmam que ainda é escassa a entrada de pessoas com TEA no ensino superior e isso contribui para a falta de compreensão do espectro por parte dos professores universitários, destacando assim a importância de que os núcleos e programas de acessibilidade com estes docentes, pois sua falta é prejudicial ao desenvolvimento pleno dos acadêmicos inseridos no ambiente universitário.

A compreensão dessas questões possibilitará a ampliação das possibilidades de inclusão da pessoa com autismo, indicando as necessidades individuais da inclusão pedagógica bem como social de cada um deles. Além disso, a identificação das potencialidades também poderá contribuir para ampliar a inclusão além de proporcionar ao aluno a possibilidade de exercer no ambiente acadêmico a sua liberdade criativa, dentro das suas potencialidades específicas e diferenciadas.

Santos *et al.* (2020) relatam um caso em que uma professora mudou a postura após saber do diagnóstico do acadêmico e procurou o órgão responsável pela inclusão na IES em que se encontravam, demonstrando assim que o conhecimento, as orientações e a troca de saberes pode apoiar o desenvolvimento da inclusão.

Nesse sentido o trabalho de Fischer (2019), coloca a educação como processo intermediado por ritmos próprios, construídos diariamente pela comunicação que consolida relacionamentos, cuja confiança mútua conduzirá naturalmente a uma solução específica para cada situação.



Além disso, é imprescindível a flexibilidade do sistema de educação em prol de gerar e aplicar meios que promovam o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os integrantes da sociedade, igualmente importantes para sua integridade (FISCHER, 2019).

Com a lei de cotas na universidade vem ganhando progressão mediante o aparecimento de novos acadêmicos autistas, ponto positivo e pertinente discutir sobre a melhor forma de inclusão dentro do sistema acadêmico.

Considerando este cenário e se tratando especificamente do Transtorno do Espectro Autista, podemos considerar que hoje há um maior ingresso de autistas que frequentam do ensino superior. Um dos exemplos é o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) que desde 1997 vem desenvolvendo ações inclusivas, antes mesmo de uma iniciativa federal concreta. A última delas diz a respeito às cotas para pessoas com deficiência no concurso vestibular (2022).

3 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa é o Estudo de Caso (GIL, 2002). A coleta de dados foi realizada através de observação espontânea e observação participante e a análise dos dados de natureza qualitativa. Os resultados foram redigidos em forma de narrativa apresentados individualmente em tópicos separados por se tratar de dois casos. Foram observados dois acadêmicos com TEA do curso de Ciências Biológicas em universidade pública paranaense, durante atividades acadêmicas regulares e o atendimento educacional especializado.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Acadêmico de Ciências Biológicas “A”

O acadêmico “A” tem 19 anos, diagnóstico de TEA com grau de suporte 1, disgrafia, altas habilidades (inteligência linguística e intrapessoal) e desde a infância faz acompanhamento médico e psicológico. E pela primeira vez mora sozinho e enfrenta mudanças em sua rotina.

Aguilar e Rauli, (2020) colocam que o acadêmico com TEA ao ingressar no ensino superior passa por duas situações complicadas que são a perda de profissionais de saúde que trabalham com TEA e dos profissionais da educação que o acompanham no ensino médio. Suppo e Floyd (2012), apontam que, quando os pais estão preparados para lidar com a situação, podem ajudar a facilitar a ocorrência de mudanças precisas e positivas no avanço clínico de seus filhos, pois são parceiros fundamentais para esse processo de tratamento.

O acadêmico ingressou via vestibular no curso em 2021, e conjuntamente com a mãe e uma professora do ensino médio vieram até o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Deficiência (PEE), se informar sobre a forma de trabalho e tipo de atendimento a ser realizado com aluno.

Inicialmente foi realizada uma entrevista, para conhecer seu histórico e necessidades educacionais. A mãe disponibilizou o Relatório de Avaliação Neuropsicológica, Laudo Psicológico e Avaliação de Altas Habilidades/Superdotação, o que auxiliou no plano de atendimento educacional especializado do acadêmico.

Através das informações objetivou-se os trabalhos na área cognitiva, onde serão trabalhadas percepção, atenção, concentração, compreensão, memória (visual e numérica) e raciocínio lógico. E na área pessoal/social – Emocional,



Afetiva e Pessoal para o desenvolvimento da autonomia, autoestima, socialização, comunicação, cooperação, afetividade e interação social.

Importante ressaltar que a compreensão das especificidades da pessoa com TEA amplia a possibilidade de inclusão e de exercer seu potencial criativo (SANTOS, 2020). A maior parte dos acadêmicos com TEA fazem uma leitura diferente do ambiente e tem uma mente visual, por isto a importância de mecanismos de ensinamentos diferenciados para obter resultados satisfatórios, ou seja, podem se beneficiar com o tratamento psicopedagógico (FONSECA; CIOLA, 2016). Por isso há necessidade de estudos sobre as intervenções e práticas pedagógicas que podem ser aplicadas com estes indivíduos.

As atividades de Apoio Pedagógico foram designadas de acordo com as necessidades de aprendizagem: Apoio no estudo dos conteúdos; Apoio em trabalhos e outras atividades avaliativas; Apoio na organização das atividades acadêmicas.

Para alcançar os objetivos propostos são desenvolvidas as habilidades relacionadas a autonomia para que o acadêmico possa desenvolver atividades utilizando a informática, como por exemplo envio e recebimento de e-mails e outras ferramentas de acordo com sua necessidade. Atividades para desenvolvimento de atenção, concentração, memória dentro das disciplinas cursadas, relacionando o conteúdo com os interesses do aluno. Atividades que envolvam planejamento de suas atividades acadêmicas, como organização no cronograma de atividades. Foi realizado um cronograma das aulas, de AEE e um cronograma de vida diária. A importância desta organização refere-se a dificuldade do acadêmico em estruturar sua rotina onde este não fraciona o tempo de forma adequada, muitas vezes dispensando muito tempo em ações desnecessárias, influenciado diretamente em seu desempenho acadêmico.

O desenvolvimento das atividades supracitadas com o acadêmico “A” diz respeito as características diferenciadas que apresenta, corroborando com Santos,



2018“... possui padrões rígidos de comportamento repetitivos e disruptivos, fixando a atenção em algum objeto específico e tendo pouca tolerância a mudanças em sua rotina, agravando as estereotípias, que são atividades motoras repetitivas como balançar os pés, bater as mãos, entre outros...”

O docente de AEE deve informar aos docentes das disciplinas, coordenações de curso e outros interessados quais estratégias e recursos serão necessários para atender o aluno indicando por exemplo se o aluno precisa de materiais adaptado, recursos de comunicação alternativa entre outros. Também se faz necessário o detalhamento do tipo de atendimento quais os espaços serão utilizados, quais intervenções serão realizadas, metodologia de trabalho, recursos materiais, equipamentos, critérios de avaliação, especificar a área a ser trabalhada: cognitiva, motora, comunicativa e sociais, apresentar relatório com avanços.

No caso do acadêmico “A” foram realizadas recomendações ao colegiado do curso, para repasse de orientações aos professores: a) Assegurar tempo adicional – até 50% - nos processos avaliativos, como provas e trabalhos; b) As questões dos processos avaliativos devem ser claras e objetivas. Comandos diretos, preferencialmente destacados em negrito; c) As questões extensas dos processos avaliativos devem ser desmembradas, colocar cada comando em linhas diferentes em forma de itens. d) Os docentes precisam disponibilizar, quando necessário, agenda para apoio didático. e) Nos processos avaliativos em grupos promover e orientar a integração do acadêmico; f) É importante o registro de prazos e datas de atividades avaliativas e apresentações, considerando o tempo adicional; g) Devido à disgrafia, em caso de dúvidas em relação ao conteúdo registrado pelo acadêmico, se faz necessário conversar com o mesmo para o esclarecimento; h) O profissional de AEE precisa se manter informado sobre as atividades repassadas ao acadêmico; i) Os materiais didáticos (slides, textos) precisam ser repassados ao acadêmico e profissional de AEE com antecedência.



As aulas iniciaram de formas síncrona devido a pandemia de covid-19 e o acadêmico apresentou dificuldades, tanto com o software utilizado como para estudo em materiais didáticos digitais. Mas alguns professores relataram que o aluno participava de discussões durante a aula.

Foi realizada reunião com o colegiado de Ciências Biológicas onde foi exposto sobre as particularidades do acadêmico e os docentes sanaram suas dúvidas.

No retorno ao ensino presencial o acadêmico não teve transcrição em sala de aula, mas verificou-se que o mesmo não fazia registros em seu caderno e não se atentava à datas. A docente de AEE realizou organização de atividades de vida diária e acadêmica, no qual o aluno se mostrou resistente. O AEE contraturno foi realizado duas vezes na semana e não realizava estudos em casa.

No segundo semestre a docente de AEE iniciou o acompanhamento de forma diferenciada, realizando a transcrição em sala aula das disciplinas cursadas, organização do material didático disponibilizado pelos professores e de atividades.

A transcrição das aulas é realizada no caderno do aluno, onde são anotadas as informações repassadas pelo professor oralmente, no quadro negro e por slides, sendo destacados os pontos mais importantes da aula com caneta marca-texto. A organização do material didático é realizada no caderno, onde são impressos os slides, organizados e fixados. O AEE contraturno foi realizado quatro vezes na semana. Também foi realizado acompanhamento durante as provas, para realizar a leitura de questões não compreensíveis, revisão da escrita devido a disgrafia, e análise das questões respondidas, visto que o acadêmico quer terminar a prova rapidamente e às vezes acaba não se atentando a detalhes esquecendo responder alguma questão.

No atendimento educacional especializado no contraturno, para o estudo de conteúdos das disciplinas, foram desenvolvidas alternativas de acordo com a necessidade do acadêmico como por exemplo, construção de esquemas, mapas



mentais e resenhas o que não se mostrou eficiente. Como base utilizou-se o hiperfoco de paleontologia, relacionando com os conteúdos da disciplina para aumentar seu interesse e engajamento. Para estudo dos conteúdos o acadêmico realiza leitura e após é realizada explicação do conteúdo e perguntas sobre o assunto, onde foi obtido maior sucesso. Onde percebe-se que o acadêmico com apenas uma leitura apresenta ótima compreensão e memorização. A utilização de livros físicos teve melhor resultado do que material digital. Também é realizado acompanhamento para o desenvolvimento de trabalhos, listas de exercícios, auxiliando na interpretação e outras situações necessárias.

O acadêmico evita contato físico e olhar. Apresenta estereotípias, inquietação motora, lentidão motora. Mostra-se reservado e isolado. Precisa de estimulação para realizar atividades em grupo e finalização de tarefas. Em muitos momentos mostra sinais de apatia, ansiedade, expressões faciais inapropriadas e boa oralidade. No início do acompanhamento pedagógico falava pouco, com o tempo houve identificação com a docente e ele começou a conversar sobre o conteúdo e também questões pessoais, estas que influenciam significativamente no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Este acolhimento diz respeito a escuta sensível das questões do acadêmico, questões pessoais, familiares e seus hiperfocos, estimulando ao estudo e reafirmando seu potencial.

Medeiros et al., 2016, em sua pesquisa ressaltam que o processo de intervenção tem como objetivo melhorar a comunicação, interação social, interesses, autonomia, entre outras questões.

Quanto à socialização a docente tem tentando realizar dessensibilização com contato com outros acadêmicos atendidos pelo PEE, incentivado a conversas com os professores. Quando aos colegas de sala de aula ainda não houve interesse nem do acadêmico e nem dos colegas em realizar conversas. Aguilar e Rauli, 2020 colocam que invisibilidade do acadêmico com TEA pode ser em relação às suas características ou por bullying e assim preferem permanecer invisíveis. Em uma



oportunidade a docente de AEE conversou com a turma do acadêmico explicando suas condições para poderem compreendê-lo melhor.

4.2 Acadêmico de Ciências Biológicas “B”

O acadêmico “B”, iniciou o atendimento com 22 anos, apresenta TEA com grau de suporte 1, este que ingressou na universidade por transferência externa de instituição privada.

O docente de AEE entrou em contato pela primeira vez com o acadêmico em março de 2018 e reuniu com a coordenadora do PEE, para o desenvolvimento de estratégias com os professores e os seus colegas de classe organização da vida acadêmica. Para isto foram seguidos os seguintes passos:

- vivenciar e organizar a rotina do acadêmico;
- promover momentos de integração, estudo, reflexão em um constante repensar da prática pedagógica sugerindo medidas e práticas que contribuam para melhoria e qualidade da aprendizagem;
- conhecer matriz curricular para articular ações e promovam interdisciplinaridade;
- cooperar com a organização do processo de trabalho condizente ao estudo;
- propor ações individuais que atenderão à demanda do acadêmico;
- propor e desenvolver atividades que possam ser realizadas no contexto universitário;
- diminuir problemas na barreira comunicacional;
- identificar quais as formas de aprendizagem em que o acadêmico irá se identificar;
- envolver o acadêmico no tema proposto, propor feedbacks, contribuir para troca e equilíbrio diária e negociação.



Inicialmente foi realizada uma reunião com colegas e os professores das disciplinas as quais o acadêmico estava cursando e foi encaminhado um e-mail para colegao especificando que: seria benéfico para o mesmo, uma sala especial (separada) dos demais alunos, para fazer suas provas e trabalhos quando necessário, com 50% por cento de tempo adicional, para melhor rendimento educacional, um pedido embasado, acerca da demanda, de modo a justificar a orientação adotada: LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Com essa organização, a docente se localizou e desenvolveu estratégias diárias de estudos como: participação nas atividades, interesse e motivação.

O acadêmico relatou sobre sua timidez e dificuldades em relação aos professores e aos colegas de sala e seu desapontamento e, relação à turma. Ficava muito triste da forma que era afastado dos trabalhos em grupo e pela falta de compreensão dos professores de suas expressões faciais durante a apresentação de trabalhos acadêmicos. O que leva a reflexões sobre as influências do professor que recebe o aluno com TEA, visto que ele estará em contato diário com o aluno, desse modo proporcionará a primeira convivência no espaço acadêmico. Neste sentido Santos (2020), aponta que

O aluno autista, além das especificidades do seu contexto cultural, traz também idiosincrasias perceptuais que são próprias à sua condição, trazendo com isso desafios para os professores, colegas e órgãos responsáveis pela inclusão.

O acadêmico “B” ainda coloca quando um professor fazia um comentário ou uma pergunta na qual não sabia a resposta, não sabia como proceder diante



daquela ou outras situações e desta forma ficava desmotivado e chateado. O acadêmico “B” relatou ao docente de AEE que:

é muito comum eu se sentir triste, perdido e muitas vezes revoltado (a) por não conseguir o que eu quero, simplesmente por ter que seguir padrões da sociedade, que, para pessoas como eu, muitas vezes são desnecessários. Eu ainda carrego um pouco da tristeza e da ansiedade, mas eu já sei lidar com tudo isso.

O acadêmico conseguia participar das atividades em sala de aula, exibia interesse nas atividades propostas pelos professores, respondia com entusiasmo quando requisitado e fazia colocações relevantes aos assuntos tratados em sala de aula. Para chegar neste ponto a docente de AEE, trabalharam juntos e realizaram treinos por exemplo na apresentação de trabalhos, expressões faciais, não ter vergonha de perguntar que não compreendeu a pergunta ou respostas, e a profissional enfatizava “você está aqui para apreender, tanto quanto os outros, não precisa ficar retraído ou vergonhoso, as vezes sua dúvida é a de outros também”. Com passar dos dias, acadêmico apresentou estar mais bem disposto a participar das aulas. E quanto a isso:

É importante ressaltar as potencialidades do aluno, e não pôr em evidência suas limitações. O aluno com TEA deve ser estimulado a descobrir o mundo ao seu redor, e expor suas vontades e desejos. Os recursos que serão utilizados durante esse processo de aprendizagem têm um valor significativo, pois favorece o interesse do aluno (OLIVEIRA, 2021, p. 04).

O docente fez recomendações para o aluno buscar por profissionais da saúde e realizar atividades físicas. Hoje em dia leva uma vida bem saudável, o que proporciona saúde e qualidade de vida, tanto nos estudos quanto na sua vida particular.

O processo de atendimento educacional especializado não é fácil, exige responsabilidade e dedicação de ambas as partes, a docente de AEE sempre coloca



para seus alunos: “50% sou eu enquanto profissional da educação e os outros 50% são de vocês, trabalhamos em equipe, fica mais leve o processo e não pesa para ninguém”.

Em conjunto com o acadêmico foi criado um cronograma de ações e responsabilização para o comparecimento. Houve conversas sobre perfil da sua turma e com quais colegas o acadêmico poderia contar, além disto foram realizadas orientações sobre utilização dos espaços da universidade para

Incluir o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ambiente escolar ainda é encarado como um grande desafio, pois compreende-se para que haja inclusão na percepção plena da palavra seja fundamental refletir e descobrir concepções imbricadas no sistema educacional tradicional [...] destaca que, “uma análise desse contexto escolar é importante se quisermos entender [...] a razão de se propor inclusão escolar, com urgência e determinação, como objetivo primordial dos sistemas educativos” [...] é imprescindível ter um olhar crítico sobre a formação dos profissionais envolvidos, o currículo escolar que norteia o processo educacional [...] a estrutura física adaptada, se está em conformidade com as leis implementadas, e principalmente a assistência da família, sendo figuras fundamentais para a inserção do aluno com TEA (OLIVEIRA, 2021, p. 2).

Com o início da pandemia, houve a necessidade de isolamento social como medida de enfrentamento ao coronavírus e a universidade adotou sistema remoto. Desta forma optou-se por estratégias alternativas de ensino. Os apoios pedagógicos aconteceram de modo remoto e o acadêmico adaptou-se muito bem. Assim que as medidas de isolamento social foram flexibilizadas, a docente buscou um estágio curricular para o acadêmico que teve um ótimo desempenho, e foi efetivado. A docente coloca: “Foi um processo de transformação tanto do acadêmico quanto meu ao qual sinto muito orgulho. resultados foram satisfatórios.”



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes relatos têm como finalidade proporcionar uma reflexão acerca das práticas inclusivas/vivenciadas no atendimento educacional especializado, buscando compreender a socialização, avanços e o processo dos acadêmicos com TEA.

A legislação brasileira avançou nos processos de inclusão, mas ainda é observada defasagem entre políticas, concepções teóricas e práticas na universidade (RAULI; AGUILAR, 2020).

Como em outros casos de Atendimento Educacional Especializado, o acadêmico com TEA necessita de um atendimento diferenciado e para isto é necessário a criação de um vínculo afetivo, traçar, objetivos, estudar suas características específicas e assim aplicar diferentes métodos na intervenção de acordo com as necessidades.

Além disso, o docente de AEE deve trabalhar em conjunto com uma equipe multidisciplinar como por exemplo: professor da disciplina, psicólogos entre outros profissionais.

Se torna interessante para o alcance dos objetivos propostos o estudo e aperfeiçoamento incessante do profissional, pois sabe-se que o estudo sobre o TEA ainda está no início e cada vez mais pesquisas vem demonstrando novidades na área de tratamento desta condição.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, 2020.



AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION *et al.* **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BARBOSA, H. F. GOMES, A. L. L. A inclusão de pessoas com autismo no ensino superior: percepções discentes sobre o ingresso à universidade. Conedu. *In*: VI Congresso Nacional de educação, 2019, Campina Grande. **Anais** [...]. Capina Grande: Realize Editora, 2019. [Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/58539](https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/58539). Acesso em: 29 de jul. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.



FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n. 27, p. 636-647, 2007.

FISCHER, M. L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 535-552, out./dez. 2019.

FONSECA, M. E. G.; CIOLA, J. C. B. **Vejo e aprendo: fundamentos do programa TEACCH: o ensino estruturado para pessoas com autismo**. 2.ed. Ribeirão Preto, SP: BookToy, 2016.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

MEDEIROS, N. H.; et al. Transtorno do Espectro Autista: a intervenção psicopedagógica de “Self”. In: V Congresso Brasileiro de Informática (CBIE 2016), 2016. **Anais** [...]. Rio Grande do Sul, 2016.

MEDEIROS, P. C. V. B. **Atendimento Educacional Especializado: Uma proposta de ações no Ensino de Ciências para o Professor Especialista**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MORAIS, R. M. *et al.* O Processo de Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista Desde Diferentes Perspectivas. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 8, n. 1, p. 291-307, 2022.

NASCIMENTO, G. A.; SOUZA, S. F. A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da análise de comportamento aplicada. **Paidéia**, v. 13, n. 19, p. 2-15, 2018.

OLIVEIRA, J. A. R. SOARES J. **Relato de experiência com uma criança autista na educação infantil**. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Editora Realize, IV CINTEDI. 07 de dez. 2021.

PAVÃO, M. S.; SILUK, A. C. P.; FIORIN, B. P. A. Atendimento educacional especializado – AEE na educação superior. In: PAVÃO, S. M. O. (ORG.). **Ações de Atenção à aprendizagem no ensino superior**. [UFSM], PRE, Santa Maria. 1. Ed. 2015.



RODRIGUES, H. D. FERREIRA, C. W. S. **Educação especial inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos.** Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2019.

RAMALHO, M. N. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial.** 2012. 174f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROZA, B. M. **Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior: Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Foco.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SANTOS, *et al.* A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2020.

SILVA, *et al.* Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

SUPPO, J. L.; Floyd, K. (2012). Parent training for families who have children with autism: A review of the literature. **Rural Special Education Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 12-26, 2012.

SILVEIRA, A. R. **Crianças com autismo no processo de inclusão. Comunicação alternativa e método TEACCH**, 2019. Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicopatologia/transtornos-psi-quicos/criancas-com-autismo-no-processo-de-inclusao-comunicacao-alternativa-e-metodo-teacch?highlight=WyJOcmFiYWxobyJd>. Acesso em: 04 de dez. de 2018.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento.** Artmed Editora, 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**, Salamanca-Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades de aprendizagem.** Jomtien, 1990.

Recebido em: 16-08-2022

Aceito em: 28-09-2022

